

A construção da identidade da juventude na adversidade: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei.

Silvana Bezerra Cefet-Rj.

Cita:

Silvana Bezerra Cefet-Rj (2009). *A construção da identidade da juventude na adversidade: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1737>

A construção da identidade da juventude na adversidade: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei

Silvana Bezerra

CEFET- RJ

silvanaped@hotmail.com

O principal objetivo da presente pesquisa seria o de investigar, a partir do contexto da adolescência infratora ou em conflito com a lei, **como os adolescentes se percebem, compreendem a realidade ao seu redor, representam os meios de entrada e as possibilidades de saída desse contexto.** Tendo sempre em vista a preocupação de não fazer apenas uma análise dos fenômenos mais amplos onde o tema se situa, nem se perdendo numa análise individualizadora e psicologizante da realidade. Nesse sentido, a discussão da Teoria das Representações Sociais auxiliou na aproximação desse objeto.

Os índices de adolescentes que conseguem retomar o curso de uma história, longe do mundo do crime, após sua imersão no mesmo são muito pequenos. E os adolescentes, como percebem suas trajetórias e possibilidades concretas de mudar o curso das próprias histórias?

Para isso, realizamos o trabalho de coleta de dados de campo em instituições que atendem adolescentes considerados em conflito com a lei, no período de outubro de 2004 a agosto de 2005 (Instituto Girassol e Centro de Recursos Integrados de Apoio ao Menor – CRIAM - Nova Friburgo). Coletamos também material de imprensa (Revistas e Jornais) para analisarmos as representações sociais sobre os adolescentes em conflito com a lei presentes na mídia, no período de novembro a dezembro de 2004.

Um dos maiores desafios, ao se pensar o tema adolescentes em conflito com a lei, foi a busca de uma práxis de pesquisa que não fragmentasse o individual e o social, que não fizesse apenas uma discussão do nível micro e individual, numa leitura “psicologizante” da realidade dos jovens em conflito com a lei, e que também não caísse nas armadilhas de um discurso “sociologizante”, que não consegue enxergar nada além das determinações macro.

Para esse enfrentamento, a Teoria das Representações Sociais nos mostra inúmeras possibilidades de superação da dicotomia indivíduo / social, com as quais tentaremos articular a realidade investigada pela pesquisa. Podemos perceber, em diversos trabalhos de autores já experientes na Teoria das Representações Sociais, uma busca constante por não priorizar apenas um dos elementos da dicotomia indivíduo-todo (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 2003; MOSCOVICI, 1978; MINAYO, 2002; ALEVANTO, 1999; RANGEL, 1997; SPINK, 2000).

Discutindo o conceito de juventude

Vivemos hoje um grande aumento do número de estudos sobre a juventude e suas *“experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação”* (ABRAMO, 1997, p.25), havendo diversos pesquisadores se debruçando sobre a temática da juventude brasileira na atualidade (ABRAMO, SPOSITO, DAYRELL, CARRANO, NOVAES). Não há como negar que as imagens e

representações que construímos sobre a juventude interferem nas nossas análises e busca de compreensão, portanto faz-se necessário refletirmos, mesmo que brevemente, sobre as concepções de juventude, situando as nossas identificações nesse campo.

Trabalhar com a discussão sobre a juventude, diferenciando-a de crianças, ainda é consideravelmente recente, principalmente no que diz respeito às Políticas Públicas, já que, segundo Abramo (1997), nunca existiram no Brasil políticas específicas destinadas à juventude, a não ser na educação formal. Atualmente, vemos uma primeira movimentação no país, no sentido de implementar políticas governamentais para a juventude.

Juventude, seguindo a formulação da maioria dos autores que trabalham a temática hoje, seria então o momento imediatamente posterior à infância, incluindo adolescentes e jovens. Não existe um claro consenso das idades de início e término, até porque são mais que simplesmente demarcações etárias, mas momentos de vida repletos de características objetivas e subjetivas que uma categorização rígida não conseguiria contemplar.

Segundo Dayrell (2003), temos que tomar muito cuidado ao buscarmos construir a categoria juventude, para não cairmos em determinados modelos construídos socialmente do que é ser jovem, pois o conceito de juventude não é dado, mas, como diz Peralva (1997) é ao mesmo tempo uma condição social e um tipo de representação.

Partindo dessas questões, assumimos, com os autores citados, uma visão de juventude, ou juventudes no plural, que têm importância em si mesma, têm sentido em si mesma e não apenas como um vir a ser. Juventudes vistas como *“uma complexidade variável, que se distingue por suas muitas maneiras de existir nos diferentes tempos e espaços sociais”* (CARRANO, 2000, p.12).

Questões Metodológicas

Com relação à metodologia de pesquisa é extremamente importante uma discussão sobre os pressupostos que serviram de referenciais para as diferentes ações. É importante, inicialmente, já frisarmos que entendemos metodologia muito além de procedimentos técnicos, mas ligada às definições teóricas e, por sua vez, às concepções filosóficas.

Pensar no ser humano enquanto processo nos daria algumas questões a serem refletidas pela pesquisa: a necessidade de articular-se sempre a um contexto e não realizar uma análise da realidade destacada do mesmo. Tendo claro sempre que não acreditamos numa leitura determinista da realidade: nem na ditadura do sujeito, e nem numa ditadura das macro questões. Sujeito e objeto

devem ser vistos como constitutivos um do outro e não como categorias separadas. Segundo Marková, “*não é nem conhecimento subjetivo, nem objetivo. É conhecimento baseado na interação entre o sujeito do saber e o objeto do saber*” (apud JOVCHELOVITCH, 2000, p.210).

Ao trabalharmos com a Teoria das Representações Sociais, tendemos a nos identificar com autores que privilegiam uma análise das condições de produção e circulação das RS. O cognitivo sendo influenciado pelo metassistema social, e pela inserção social dos indivíduos. Jodelet (1998) contribui muito ao sugerir um trabalho de pesquisa sobre uma ampla base descritiva, onde os discursos das pessoas e grupos seriam suportes pelos quais as representações sociais seriam veiculadas na vida cotidiana, frisando a necessidade de se dar conta de forma compreensiva do objeto.

Dentro de uma perspectiva qualitativa, privilegiamos dois instrumentos para a pesquisa de campo: **as entrevistas narrativas e a análise de conteúdo da imprensa.**

Com relação ao conteúdo de imprensa, foram coletados durante um mês (de novembro a dezembro de 2004), diariamente, exemplares dos três jornais de maior circulação do Rio de Janeiro: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, além dos dois semanários de maior circulação nacional: *Revista Veja* e *Revista Época*. Desses materiais foram selecionados todos os artigos, notas e opiniões que dissessem respeito ao adolescente infrator como categoria ampla. O período de coleta dos dados, apesar de ter sido escolhido de forma aleatória, mostrou-se bastante rico em textos sobre o tema da pesquisa, pois coincidiu com uma movimentação da Prefeitura do Rio de Janeiro para a apreensão de jovens e adolescentes que perambulavam pelas ruas da cidade.

Foram coletados um total de 177 textos, incluindo artigos, editoriais, cartas de leitores, tendo como critério se referirem a adolescentes em conflito com a lei. Cada unidade de texto foi destacada e dela retiradas suas idéias principais. Posteriormente foram analisadas e encaixadas em categorias ou temas centrais, analisando-se o seu conteúdo.

As **entrevistas narrativas** com adolescentes infratores dão abertura para que relatem sua história de vida, o processo de entrada na marginalidade e quais alternativas vêm de saída da mesma. Como questão central e objetivo da pesquisa, giramos em torno das possibilidades de saída da criminalidade, perspectivas de futuro, como o representam, como representam suas próprias possibilidades e as possibilidades virtuais de qualquer adolescente nesse contexto. Inicialmente propúnhamos que contassem um pouco sobre suas vidas e no decorrer das entrevistas inseríamos algumas questões abertas: porque entraram no mundo do crime, quais as possibilidades de saída e como percebiam suas perspectivas de futuro?

Duas instituições foram canal para o acesso a esses adolescentes:

- O **Instituto Girassol**, ONG de Nova Friburgo - RJ, que trabalha com recuperação de jovens drogaditos e para onde são encaminhados adolescentes por medidas judiciais.

- O **CRIAM** - Nova Friburgo (Centro de Recursos integrados de Atendimento ao Menor). Instituição Estatal para cumprimento de medidas sócio-educativas, ligada ao DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio-educativas) que pertence ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Representações sociais de adolescentes em conflito com a lei na imprensa e nas entrevistas narrativas

Como a mídia representa os adolescentes em conflito com a lei? Até que ponto reproduz as idéias já vigentes na sociedade ou traz novas perspectivas à questão? Partindo dessas inquietações procuramos construir uma discussão sobre o material de imprensa, que pudesse nos dar algum indicativo da forma como a mídia representa os adolescentes em conflito com a lei.

Para adentrarmos no universo dos adolescentes, trazendo suas falas e procurando analisá-las, trabalharemos com a análise temática dos conteúdos das entrevistas, procurando tanto os elementos em comum quanto a diversidade nas representações.

Vimos que a juventude hoje se constrói inserida na conjuntura histórica perversa do neoliberalismo e do desmonte das políticas sociais, associados aos fenômenos de violência urbana e desemprego de longa duração, permeados por uma sociedade de consumo (ABRAMO, 2005).

É exatamente esse “tratamento político” que não aparece nas discussões. O problema da criminalidade da juventude é sempre ligado à culpabilização individual, ora dos próprios adolescentes, ora de suas famílias ou ambiente. As ações são, na maioria das vezes, “técnicas”: encaminhamentos para instituições sociais, internações, acompanhamentos psicológicos. Pouco se discute sobre os processos que geram a criminalidade e a melhor forma de resolvê-los, pois estão interligados a questões muito mais amplas e “inquestionáveis”.

A articulação entre pobreza e criminalidade ainda tão presente hoje vem enraizada nas discussões das “classes perigosas” do século XIX. *“Pela ótica e ética do capitalismo, a miséria passa a ser naturalmente percebida como advinda da ociosidade, da indolência, dos vícios inerentes dos pobres”* (FRAGA, 2003, p.21).

A ênfase nas explicações individuais para os problemas sociais já aparece nos conceitos de “obrar com discernimento” do século XIX e chega até às concepções dos próprios adolescentes sujeitos dessa pesquisa, sobre as causas que os levaram a entrar na criminalidade.

O conceito de periculosidade é marcadamente presente, o vir-a-ser dos jovens pobres é algo que sempre foi e ainda é determinado previamente: serão os futuros marginais, os que não se tornam criminosos são as exceções. As legislações que perpassam o século XX também partem desse paradigma funcionalista que só é rompido com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda estamos presos às visões anteriores ao ECA, não conseguimos nos libertar das visões discriminatórias que nos acompanharam por anos de história.

A tendência hoje, na nossa sociedade brasileira, é a de tornar os adolescentes em conflito com a lei em “bodes expiatórios” de todos os males sociais e violências a que somos submetidos. Sem querermos romantizar a questão ou suas ações, o que queremos é ressaltar as representações marcantes hoje na sociedade em geral.

Zaluar (2004) resume bem essa imagem do adolescente pobre e criminoso discutindo o conceito de vítima sacrificial. A vítima seria escolhida não por seus crimes, mas pelos sinais de monstruosidade que corporificariam todo o mal que atinge a sociedade. Descarrega-se assim toda violência e desejo de se vingar dos males que a atinge numa categoria específica de pessoas. Seriam os inimigos que se situam na periferia do corpo social, em grupos estranhos que não compartilham a cultura dominante e não circulam nos circuitos comuns das trocas sociais (CASTEL, 1997).

A ênfase na internação dos adolescentes em conflito com a lei é um exemplo claro do processo de limpeza ou eugenia que se pretende. É mais fácil retirá-los do convívio com os outros, esconder o perigo iminente que nos ronda.

O material de imprensa analisado aparece impregnado desses pré-conceitos. Os jovens em conflito com a lei ou apenas pobres são vistos e tratados como párias da sociedade, devem ser retirados num processo de limpeza. Ao mesmo tempo são identificados como pragas que procriam sem controle, sendo uma das soluções, já que o problema é visto de forma individualizada, a esterilização das famílias. O conceito de família desestruturada é muito presente, como se nas outras classes sociais houvesse um modelo de família ideal.

Ainda no material de imprensa, o ECA apenas protegeria marginais, sem levar-se em consideração todos os avanços que a legislação trouxe à questão, deixando de lado a visão da criança e adolescente em situação irregular e trazendo o conceito de sujeito de direitos.

Quando nos aproximamos da realidade desses jovens vemos que, apesar da enorme desigualdade neste país, pouquíssimos são os jovens pobres que seguem a carreira criminosa (ZALUAR, 2004). Um dos índices que mais nos chamou a atenção durante a pesquisa foi a quantidade mínima de adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas sócio-educativas. A mídia, ao mostrar o problema das FEBEM superestima-o de tal forma, que nas concepções de

senso comum parece haver um “pivete” em cada esquina. Os problemas das instituições de ressocialização não estariam então no grande número de internos, mas na visão que possuem sobre esses adolescentes. Nas entrevistas percebemos claramente a influência destrutiva das instituições de internamento. Entretanto, a sociedade resiste em aceitar outros modelos para se trabalhar o problema. A dificuldade de entendermos o outro, de

[...] compreender a nossa incompreensão, a nossa resistência em compreender o outro como agente de reprodução da iniquidade que o vitima e ao vitimá-lo nos vitima também. Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele, nos livrar dele” (MARTINS, 2002, p.45).

E os sujeitos dessa pesquisa, os adolescentes? Inseridos num processo complexo que reúne pauperização, ausência de políticas sociais numa sociedade que os estigmatiza, tentam construir suas trajetórias dentro das opções possíveis que encontram. Incorporaram a representação de que são culpados pelas próprias trajetórias, ao mesmo tempo em que vislumbram as injustiças de uma sociedade que não lhes dá acesso mínimo ao trabalho e os expulsa da escolarização formal. Assim como sua inserção no mundo do crime é vista por eles como escolha individual, a saída também seguiria a mesma regra, “tem que ter força de vontade, tem que querer”. E muitas vezes se frustram por não conseguirem, já que seriam responsáveis pelos próprios destinos. Apostam no seu insucesso junto com as representações de toda a sociedade que auxiliou na construção de uma identidade de bandido, na verdade a identidade que foi possível construir.

Constroem suas trajetórias e suas representações sobre estas, a partir de uma rede intrincada de fatores, que vão desde sua consciência de classe, sua posição social, suas interações sociais na família, escola, na mídia, até sua experiência pessoal e as formas como a sua subjetividade processa e reage a esse conjunto de questões (MINAYO, 1999).

O desejo de uma vida diferente, mesmo num discurso construído para ser socialmente aceito, aparece muitas vezes distante, mas sempre presente. Mesmo quando falamos na perda de perspectivas de futuro e de identidades enraizadas no presente, vemos vislumbres dessa vontade de uma vida diferente. O passado muitas vezes invade esse presente e cancela em muitos momentos as perspectivas de futuro: “já era mesmo tralhinha, já nasci assim”. Tudo isso fruto da visão realista do pouco que lhes é realmente oferecido por essa sociedade que os marginaliza.

Frente a tantos desafios não podemos deixar de vista a necessidade de discussões e mudanças mais amplas na direção de Políticas Públicas para a juventude, associadas a mudanças

sociais, distribuição menos injusta da renda, e acesso a serviços públicos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Para isso precisamos urgentemente repensar nossas práticas de interação e a forma como as medidas sócio-educativas vêm sendo aplicadas, na maioria das vezes não possuindo nada desse caráter educativo.

Resgatar o conceito de utopia do ideário freireano (1998) pode nos ajudar na denúncia do presente intolerável e no anúncio de um futuro diferente a ser construído. O se pensar em utopia, para Freire, o primeiro momento seria o da “ad-miração”, talvez esse mesmo momento que a pesquisa nos possibilitou levantando o “percebido-destacado” que nos leva à descoberta do “inédito-viável”.

Se quisermos construir uma sociedade verdadeiramente justa em contraponto a uma sociedade que fragmenta os indivíduos, não podemos admitir a perpetuação da atomização, tão recorrente no trabalho com a juventude marginalizada, e nas concepções da sociedade em relação a essa juventude, mas temos que trabalhar no sentido da comunhão. Nesse ponto entraria a contribuição, tão atual de Paulo Freire (1998), na sua fé inesgotável na capacidade do homem de fazer e refazer, na sua vocação de ser-mais, na sua insistência em quebrar as relações de violência que fazem dos oprimidos homens proibidos de ser.

Mas esta é uma discussão perigosa; perigosa pois esfaca com a lógica do capital, da meritocracia, da culpabilização da vítima, mas necessária e pertinente se queremos a construção de uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEVANTO, Hilda Maria Rodrigues. Qualidade: um mito pós-moderno. In: TEVES, Nilda e RANGEL, Mary (orgs.). **Representação social e educação: temas e enfoques contemporâneos de pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

CARRANO, Paulo César. Juventudes: as identidades são múltiplas. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF**. Rio de Janeiro: DP & A. n.1.p.11 a 27. maio 2000.

_____. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n.24, set.-dez. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: _____; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília S. **Fala Galera**: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOVAES, Regina. Juventude, percepção e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. Revista **Brasileira de Educação**. n. 05, p.15-24, maio/ago. 1997.

RANGEL, Mary. **Bom aluno**: real ou ideal? Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.